



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

1 A primeira reunião ordinária do corrente ano do Conselho Municipal de Meio
2 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Macaé – COMMADS - foi
3 iniciada às quatorze horas e trinta minutos do **dia vinte e cinco de fevereiro de**
4 **dois mil e treze**, no auditório do Paço Municipal, por seu **presidente, Sr.**
5 **Guilherme Sardenberg Barreto, secretário municipal de ambiente**, após a
6 conferência de quórum regimental apto às deliberações. Saudou a todos os
7 presentes e esclareceu sobre a nova concepção da gestão do governo, que visa
8 garantir e fortalecer as atribuições políticas e regimentais deste colegiado.
9 Fazendo-se presente à reunião, após superação de problemas de saúde, o **Sr.**
10 **Paulo Sérgio Barcelos, coordenador de educação ambiental da SEMA**, foi
11 homenageado pelo **presidente**, que destacou o mérito de sua participação e de
12 seu relevante trabalho na SEMA, dedicando-lhe a realização desta reunião.
13 Iniciando a pauta, o presidente apresentou a grade de membros do
14 COMMADS, e deu posse aos novos representantes indicados, e também à
15 **vice-presidente, Sr^a. Maria Inês Paes Ferreira, sub-secretária de ambiente**
16 e à **secretária-executiva, Sr^a. Ingrid Santos Stigger**, para a complementação
17 das atividades da gestão do biênio 2012-2013 deste Conselho, explicando que a
18 nomeação será realizada pelo prefeito municipal. Na sequência da pauta, foi
19 ratificado por aclamação da plenária, o nome do **conselheiro Sr. Hugo Nunes**
20 **Amorim, representante da ONG Grupo de Defesa Ecológica Pequena**
21 **Semente/GDEPS**, para continuar no cargo de **Secretário Geral**. Ato
22 contínuo, o presidente explanou sobre o novo organograma da Secretaria
23 Municipal de Ambiente/SEMA, e apresentou os profissionais designados para
24 as coordenadorias da secretaria, e o **Sr. Max Lamoglia, gestor do Fundo**
25 **Ambiental/FUNDAM**, presentes na reunião. Comunicou que está
26 providenciando a integração dos setores de fiscalização e licenciamento
27 visando melhorar os processos que estão tramitando na SEMA. Solicitou a
28 palavra a **conselheira Sr^a. Dominick Werneck, representante da ONG Casa**
29 **do Caminho**, para esclarecimentos sobre a proposta trabalhada nas reuniões
30 anteriores do COMMADS, que reivindica uma estruturação administrativa com
31 mais autonomia para o COMMADS, buscando atender melhor as atribuições
32 do Conselho, incluindo espaço físico independente da SEMA, e com a
33 presidência sendo eleita pelo colegiado. Esta requisição foi reafirmada pela
34 **conselheira Sr^a. Elisângela Sossai, representante da Secretaria Municipal**
35 **de Habitação/SEM HAB** e pelo conselheiro **Sr. Hugo Amorim**. Sobre estas
36 demandas, o **presidente** informou que seria necessário realizar alterações no
37 Regimento Interno do Conselho e na Legislação Municipal no que se referem a
38 esta questão. O **conselheiro Sr. Affonso Albuquerque Júnior, representante**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

39 **do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e Ostras**, leu o Artigo
40 nº 14 do Código Municipal de Meio Ambiente, onde versa sobre a criação do
41 COMMADS, citando que não bastaria alterar o Regimento Interno, e sim esta
42 Lei Complementar. Em inversão de pauta, o **Sr. Max Lamoglia** apresentou as
43 premissas que regem o FUNDAM e sua importante *interface* com o trabalho do
44 COMMADS, informando que toda a contabilidade do ano de dois mil e doze
45 do referido FUNDAM foi aprovada, e que todas contas podem ser acessadas
46 através do sítio eletrônico da SEMA, que se encontra na página da Prefeitura
47 Municipal de Macaé. Sobre este tema, a conselheira **Sr^a. Dominick Werneck**
48 comentou que a questão financeira é importante para respaldar os projetos,
49 considerando a prestação de contas fundamental. Complementando, o
50 **presidente** pontuou que o governo visa garantir os orçamentos de cada pasta,
51 fazendo com que os recursos cheguem a SEMA, e que, quanto ao FUNDAM,
52 critérios de aprovação e acompanhamento pelo COMMADS são importantes,
53 não bastando, somente, a apresentação contábil. Em seguimento à inversão dos
54 itens da pauta, a **Sr^a. Maria Inês Ferreira** discorreu sobre a minuta do roteiro
55 para apresentação de projetos à SEMA, visando à análise destes para
56 financiamento pelo FUNDAM, destacou a importância da definição de metas e
57 da memória de cálculo, além das contrapartidas dos parceiros. Informou que
58 esta minuta será enviada aos conselheiros para que sejam feitas as
59 considerações, e concluída esta etapa, o roteiro estará disponível na página
60 eletrônica da Prefeitura, a ser criada. Os projetos encaminhados serão
61 selecionados por comissão da SEMA, a ser criada, e referendados pelo
62 COMMADS, para, então, ser financiados com recursos do Fundo. Sobre este
63 tema, manifestaram-se os **conselheiros Sr. Hugo Nunes Amorim** e **Sr^a.
64 Dominick Werneck, membros da Câmara Técnica Educação Ambiental
65 do COMMADS**, acerca do trabalho que o grupo vem desenvolvendo na busca
66 de garantir recursos para programas de educação ambiental, conforme
67 estabelece a **Lei do Plano Diretor**, que determina a aplicação dos recursos
68 provenientes de medidas compensatórias de licenciamentos ambientais serem
69 alocados em projetos de educação ambiental. Complementando o
70 questionamento desta demanda, a **Sr^a. Dominick Werneck** esclareceu que a
71 CT- EA tem trabalhado proposta de alteração da **Resolução COMMADS
72 nº003/2010**, que dispõe sobre programas de EA como condicionante nos
73 processos de Licenciamento Ambiental, e contestou que esta normativa não
74 está sendo cumprida, e que o documento deveria ter sido aprovado em reunião
75 do COMMADS, mas a falta de quórum nas reuniões subseqüentes
76 impossibilitou o avanço deste processo, e esperando que esta demanda seja



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

77 solucionada, convocou oficialmente o grupo da CT- EA para dar continuidade
78 a este trabalho. Citando o **Artigo nº 85 da Lei do Plano Diretor do Município**
79 que trata desta questão, o **presidente** explicou sobre a necessidade de se
80 referenciar o valor a ser associado como medida compensatória relativa aos
81 programas de educação ambiental. Sugeriu como base de cálculo para esta o
82 **Documento de Arrecadação Municipal/DAM**, cujo cálculo inclui o potencial
83 poluidor e/ou o porte da atividade, e reafirmou a necessidade de definir a
84 Resolução citada para regulamentar esta demanda. Explicou, também, que a
85 **Resolução COMMADS nº003/2010** deverá ser redefinida por este Conselho.
86 O **Sr. Paulo Sérgio Barcelos, coordenador de educação ambiental na**
87 **SEMA** e colaborador da CT-EA do COMMADS, sugeriu que estas
88 regulamentações relativas aos recursos de compensação ambiental devam
89 contemplar ao máximo as escolas e as organizações da sociedade civil. Na
90 sequência, o **presidente** esclareceu sobre a pendência de aprovação das quatro
91 últimas Atas de Reuniões do COMMADS realizadas no ano de 2012, devido à
92 ausência de quórum suficiente, o que caracterizou a desmobilização do
93 Conselho, e anunciou que pretende revigorar este importante fórum
94 deliberativo, compelindo a todos à participação nas atividades do Conselho.
95 Atendendo à pauta, foram lidas e aprovadas as **Atas 008/2012, 009/2012,**
96 **010/2012 e 011/2012**, sem ressalvas e por unanimidade. Passando aos informes
97 gerais, o **presidente** fez considerações sobre a importância da assiduidade dos
98 conselheiros às reuniões, e informou que o Capítulo IX, Art. 39º, do Regimento
99 Interno do COMMADS, determina que “o plenário deliberará sobre a perda do
100 mandato do Conselheiro e/ou suplente que faltar, sem justificativa, a mais de
101 três sessões consecutivas ou cinco intercaladas no período de um ano”; e que
102 conta com a participação e envolvimento de todos interessados para que se
103 possibilite garantir uma gestão ambiental com o devido controle social, por
104 meio deste Conselho. **Sr^a. Dominck Werneck**, retomou a palavra para
105 comunicar que participa do grupo de trabalho de revisão do *Código Municipal*
106 *de Meio Ambiente de Macaé*. Sobre esta questão, o **Sr. Hugo Amorim**
107 questionou sobre as atuais condições de a sociedade civil dar conta de ocupar a
108 presidência do Conselho, opinando que é necessário, primeiramente, fortalecer
109 a estrutura administrativa do mesmo. O **presidente** citou que no *Código*
110 *Municipal de Meio Ambiente*, é de competência da SEMA a presidência do
111 COMMADS, e que no momento é preciso construir o poder e a organização
112 das atividades no Conselho, e que irá perseguir a premissa de democratizar as
113 ações neste colegiado. Colaborando nesta reflexão, o **conselheiro Sr. Affonso**
114 **Albuquerque Júnior**, representante do **Comitê de Bacias Hidrográficas dos**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

115 **Rios Macaé e Ostras**, esclarece que será necessário modificar o **Código**
116 **Municipal de Meio Ambiente de Macaé**, e que se colocou à disposição para
117 colaborar no grupo de trabalho de revisão desta lei. Manifestando disposição
118 para atuar neste Conselho, o **conselheiro Sr. Bruno Py, representante da**
119 **Fundação Macaé de Cultura**, considerou que há uma importante interface
120 entre a cultura e o meio ambiente, pois ambos têm como ponto comum, a
121 relação do homem com o espaço em que existe e atua. Retornou à pauta, **o**
122 **presidente** e apresentou a proposta de calendário para reuniões do
123 COMMADS no corrente ano, sendo estas previstas para serem realizadas
124 sempre na primeira segunda-feira do mês, excetuando-se a data de março; e
125 submetendo a proposta à votação, esta foi aprovada. Ficaram definidas as
126 datas: **11 de março, 1º de abril, 6 de maio, 3 de junho, 1º de julho, 5 de**
127 **agosto, 2 de setembro, 7 de outubro, 4 de novembro e 2 de dezembro**. Ato
128 contínuo, **o presidente** apresentou à plenária uma proposta de mudança no
129 horário das reuniões ordinárias para às dezoito horas, no intuito de garantir a
130 participação de todos, e após algumas considerações da plenária, a proposta foi
131 adiada para a próxima reunião, pois alguns conselheiros defenderam a
132 manutenção do horário e outros tem a opinião de que a mudança pode ser
133 positiva. Solicitando a palavra, o **vereador Sr. Marcel Silvano** cumprimentou
134 todos os participantes pelo quórum que ressurgiu nesta reunião, e ressaltou a
135 importância do fortalecimento dos conselheiros no processo da gestão
136 ambiental do município, que se encontra fragilizado. Recomendou que a
137 mudança de horário deve ser analisada oportunamente pela plenária, visando
138 uma maior participação no conselho. Elucidando sobre votações no
139 COMMADS, **Sr. Frederico Coutinho, advogado do FUNDAM**, alertou que
140 as deliberações referentes às mudanças de horário, alterações regimentais e de
141 legislação, somente poderão ser feitas após a nomeação oficial dos
142 conselheiros pelo prefeito. Voltando à questão da análise de projetos para a
143 SEMA, o **conselheiro Sr. Rodrigo Lemes Martins, representante do**
144 **NUPEM/UFRJ**, propos, com base na longa experiência desenvolvida na
145 universidade, e considerando a importância da triagem das propostas
146 encaminhadas a SEMA, que seja criada no COMMADS uma Câmara para
147 avaliação de projetos, e estes sejam avaliados por pessoas de fora do grupo de
148 proposição, com no mínimo três pessoas qualificadas, que analisem os projetos
149 simultaneamente, prevenindo, desta forma, um jogo de tendenciosidades e
150 pressões, por interesses particulares, dentro da Câmara de avaliação.
151 Complementando, o **presidente** informou que os projetos encaminhados ao
152 FUNDAM deverão atender a **Lei Federal nº 8.666/1993 - Lei de Licitações**, e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

153 que a SEMA pretende utilizar os recursos do Fundo para projetos e programas
154 ambientais, pois o orçamento anual da Secretaria, votado no ano anterior,
155 corresponde a um percentual de 0,3% do orçamento do município,
156 aproximadamente R\$ 6.000.000,00, sendo que a maior parte destes recursos
157 está alocada com o pagamento de pessoal, ficando R\$ 2.400.000,00 para a
158 SEMA utilizar durante o corrente ano. E, para viabilizar a utilização destes
159 recursos, sugeriu que sejam criadas Resoluções dentro do COMMADS que
160 possibilitem a execução dos programas necessários, e informou que está
161 abrindo várias frentes para viabilizar estas ações. Mencionou o grande poder
162 que há nas Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente/CONAMA,
163 fazendo um comparativo às do COMMADS. O participante, **Sr. Fernando**
164 **Marcelo Tavares, da Agenda 21 de Macaé**, convidou todos para participar do
165 Conselho Municipal da Cidade, e comunicou a realização da 5ª Conferência
166 Municipal da Cidade de Macaé no mês de maio, próximo. Também considerou
167 a necessidade de dar continuidade às pesquisas sobre os níveis das marés, e
168 informou que neste mês de janeiro não foi possível o IBGE realizar as
169 medições das oscilações das marés devido a impasses burocráticos junto a
170 Petrobras, no que tange ao acesso; e ressaltou a importância do investimento
171 em pesquisa para recuperação da orla marinha. Sugeriu que o COMMADS
172 aprecie a proposta de alteração do Código de Urbanismo, que deverá se
173 adequar ao Plano Diretor, além da revisão do Código Municipal de Meio
174 Ambiente. Solicitando a palavra, o participante **Sr. João Flores, agrônomo da**
175 **Secretaria Municipal de Agroecologia**, comentou sobre a iniciativa de
176 implantação do Programa de Pagamento sobre Serviços Ambientais – PSA no
177 município, onde os proprietários rurais que estão preservando a mata, e com
178 isto, produzindo a nossa água, precisam ser remunerados por disponibilizar este
179 recurso essencial. Ressaltou que o programa precisa ser retomado e solicitou
180 que seja reforçado através do COMMADS, recomendando que devam ser
181 envolvidos na discussão do programa a CEDAE, Petrobras e as duas
182 termoelétricas, que são usuários de água em larga escala. Finalizando, pediu
183 que o tema seja incluído na pauta do COMMADS. Retornando à palavra, a
184 conselheira **Srª. Dominick Werneck** convocou a *CT- Educação Ambiental*
185 para uma reunião agendada para o próximo dia quatro de março, na SEMA,
186 para a apreciação da minuta de alteração da **Resolução COMMADS**
187 **nº0012/2012**, que será enviada previamente aos participantes. Considerou que,
188 dentre as inúmeras pendências advindas da gestão anterior, avalia importante
189 executar a proposta do curso de capacitação para conselheiros, que foi
190 deliberada em reunião anterior, colocando esta demanda para o COMMADS. A



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

191 **conselheira Sr^a. Cleilce Paula de Azevedo, representante do Instituto**
192 **Macaé de Metrologia e Tecnologia /IMMT**, comentou sobre a realização do
193 **“Fórum das Águas”**, em 2012, quando foram trabalhadas importantes
194 questões ambientais que ainda precisam ser amadurecidas na sociedade.
195 Informou que o IMMT desenvolve parcerias com a ESANE e a SEMA, e que
196 considera a atuação do COMMADS fundamental para a gestão do poder
197 público, e, por fim, reforçou a proposta de oficina de capacitação para os
198 conselheiros. O **conselheiro Sr. Jorge Barcelos, representante da Colônia de**
199 **Pesca Z-3**, ressaltou a importância da pontualidade nas reuniões, observando
200 que há muitas surpresas durante a participação das pessoas no conselho, e por
201 isso não se deve distinguir a importância das manifestações por estas advirem
202 de pessoas menos letradas. Denunciou que está havendo pesca predatória na
203 Lagoa Imboassica por pescadores de fora do município, com redes “raspando a
204 lagoa criminosamente”, e pediu providências e fiscalização. Sobre esta
205 denúncia, o **conselheiro Sr. Madson Nazareno Pereira, representante da**
206 **Guarda Municipal Ambiental**, esclareceu que confiscou mais de
207 quatrocentas *braçadas* de rede e três barcos que pescavam irregularmente na
208 lagoa. Com a palavra, o participante **Sr. Marcelo Puertas, assessor do**
209 **gabinete do vice-prefeito**, teceu sua confiança na composição da nova mesa
210 diretora do COMMADS e comentou sobre a importância do fortalecimento dos
211 mecanismos de participação popular, citando o *Orçamento Participativo* que
212 está sobre a responsabilidade do gabinete da vice-prefeitura. Fez críticas sobre
213 sua pretérita participação no COMMADS, quando se evidenciaram diversas
214 irregularidades, como pautas e processos de reuniões “conduzidos”, e inúmeras
215 arbitrariedades, citando exemplo de atos de cassação de voz quando ele próprio
216 se manifestava legitimamente. Também apoiou que seja retomado o trabalho
217 para a criação do **Parque Municipal d’Ajuda**, importante para a área norte da
218 cidade, e apontou a importância de se realizar a *3^a Conferência Municipal de*
219 *Meio Ambiente* onde se poderá avaliar o elenco de diretrizes das conferências
220 anteriores e atualizar as demandas ambientais do município. Solicitando a
221 palavra, **Sr. Vicente Klonowski, coordenador de gerenciamento costeiro da**
222 **SEMA**, comentou sobre a zona costeira do município estar desordenada,
223 alertando sobre a fragilidade deste espaço e das dificuldades de se coibir os
224 crimes ambientais na área marinha pela ausência de jurisdição da prefeitura
225 sobre este território. Com a palavra, o **conselheiro Sr. Stênio Barcelos,**
226 **representante da Associação Macaense de Auditores Ambientais**, solicitou
227 que seja apresentado em reunião deste conselho o **Plano Municipal de**
228 **Gerenciamento de Resíduos**, e citou que na ocasião da audiência pública



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

229 realizada para a apresentação deste plano, fez várias indagações que até o
230 momento não foram respondidas, e manifestou compartilhar da opinião que
231 busca a eleição para a presidência do COMMADS. Retomou a palavra, **Sr.**
232 **Affonso Albuquerque Júnior**, e colocou-se à disposição para colaborar nos
233 trabalhos de implementação do Pagamento por Serviços Ambientais/PSA,
234 revelando que há uma necessidade de integração entre os programas de PSA
235 dos municípios com o programa do Comitê de Bacias Hidrográficas/CBH, pois
236 a questão ultrapassa os limites da competência municipal. Citou o exemplo o
237 distrito de Muri, do município de Nova Friburgo, território do alto curso do rio
238 Macaé, onde o PSA foi implementado em parceria com a Agência Nacional de
239 Águas/ANA. Com a palavra, o **Sr. Jeferson Maia, assessor do gabinete do**
240 **vice-prefeito**, comentou sobre o derrame de óleo no canal do rio Macaé por
241 uma empresa, e indagou sobre quais as providências que teriam sido tomadas
242 pela fiscalização, alegando que recebeu denúncias de muitas pessoas. Em
243 resposta, o **coordenador de fiscalização da SEMA, Sr. Gilmar Carlos**
244 **Belém**, esclareceu que a empresa foi multada e embargada por estar operando
245 sem licença ambiental, e que tão logo a substância contaminante seja
246 identificada, a empresa deverá ser autuada pela comprovação da autoria do
247 crime ambiental. Informou que os procedimentos de remoção do óleo dos
248 bueiros e do corpo hídrico foram realizados, graças à cooperação da ESANE e
249 da Petrobras. Complementando a questão, a **coordenadora do licenciamento**
250 **ambiental da SEMA, Sr^a. Isaura Monteiro**, informou que nos processos de
251 licenciamentos protocolados da SEMA, em cerca de oitenta por cento ainda
252 faltam documentos necessários para apresentar, e que há aproximadamente
253 cem processos parados por falta de documentação ou pelo fato do não
254 cumprimento dos Artigos nº150 e nº 151 do Código Municipal de Urbanismo
255 – Lei Complementar nº0140/2010, que determinam a obrigatoriedade, nas
256 instalações, de um percentual de área permeável no solo, denominado, *taxa de*
257 *permeabilização*. Comentou que no corrente ano foram liberados dois
258 empreendimentos importantes, as estações de tratamento de efluentes, ETE-
259 Mutum e a ETE-Lagomar. **O presidente** esclareceu sobre a necessidade da
260 análise criteriosa da documentação, informando que muitas empresas iniciam
261 o processo, protocolando o empreendimento na SEMA, e, indevidamente,
262 iniciam as operações. Retornando a palavra, **Sr. Fernando Marcelo Tavares**,
263 sugeriu a publicação periódica de informes sobre os processos de
264 licenciamento, o que permitirá evidenciar claramente o trâmite destes, seus
265 impasses e pendências, isentando a SEMA de responsabilidades indevidas.
266 Acrescentou sobre a importância da implementação do “Sistema Municipal de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

267 Informações”, que está previsto em lei desde 2001. Voltando a palavra, o Sr.
268 **Hugo Amorim** ressaltou o desrespeito à **Resolução COMMADS 004/2010**,
269 que regulamenta o monitoramento ambiental na *bacia hidrográfica do Peito do*
270 *Pombo*, na *APA do Sana*. Esta lei determina que o número máximo viável de
271 usuários por vez no local é de quatrocentos, mas que esta capacidade de carga,
272 definida por meio de trabalho científico específico para a área, de autoria da
273 pesquisadora **Dr^a. Lilia Seabra/UFRJ**, está sendo extrapolada em grande
274 escala, citando como exemplo o final de semana próximo passado (dias vinte e
275 quatro e vinte e cinco de fevereiro), quando o número de pessoas que utilizou o
276 local chegou a novecentos em cada dia. Também denunciou que um
277 proprietário, que pretende tarifar a entrada no local, modificou por iniciativa
278 própria, os dados nas placas informativas, alterando o horário de utilização e o
279 número limite diário de usuários para setecentos. Alertou que há uma
280 determinação para a área ser desapropriada, mas enquanto isto não se realiza,
281 os proprietários têm prerrogativas para explorar o local. Salientou que a *ONG*
282 *Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente/GDEPS*, está na fiel expectativa
283 de que a prefeitura atenda a solicitação de integrar agentes ambientais locais no
284 monitoramento do uso das cachoeiras através de processo seletivo comunitário,
285 coordenado pelo *Conselho Gestor da APA do Sana/SANAPA*. Retornando ao
286 tema da seleção dos projetos ambientais a serem financiados pelo FUNDAM,
287 **Sr. Frederico Coutinho** informou que estes devem atender a critérios
288 democráticos e ter aplicação significativa no território, e que a sociedade civil
289 deve ter espaço para participar. Declarou que há um empenho da equipe da
290 SEMA em atender a legislação de forma participativa e democrática, e que
291 apesar desse conceito ser interpretado de forma diferente entre os diversos
292 setores, este processo deve ser iniciado dentro da própria Secretaria.
293 Concluindo, recomendou à plenária uma maior organização para encaminhar
294 propostas para o COMMADS, para que este espaço seja melhor utilizado. **O**
295 **presidente** informou que estará reabrindo a unidade operacional da SEMA no
296 bairro Morada das Garças, com a denominação: Centro Águas e
297 Biodiversidade - BioÁgua, que será utilizado pelas coordenadorias de fauna,
298 flora, recursos hídricos e unidades de conservação. Esgotados os assuntos, o
299 **presidente** agradeceu a todos os participantes e ao seu antecessor, **Sr. Rômulo**
300 **Campos**, a quem conferiu a chefia da APA do Sana, por toda a colaboração
301 que recebeu no processo de transição de governo e encerrou a reunião. E,
302 registrando as justificativas de ausência através de ofício recebido nesta data do
303 **Sr. Eduardo Barreto** e da **Sr^a. Viviane Machado Lima**, representantes da
304 **procuradoria geral do município**, e do **Sr. Maxwell Vaz** representante da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013

305 **câmara dos vereadores**, através de contato telefônico, eu, **Ingrid Stigger**,
306 **secretária executiva deste Conselho**, lavrei e dou fé a presente ata,
307 encerrando-a e assinando-a junto com os demais conselheiros participantes.xxx